

Conselho Nacional de Justiça



SOCIOEDUCATIVO

**INSPEÇÃO JUDICIAL
E ENFRENTAMENTO DA
TORTURA EM UNIDADES E
PROGRAMAS
SOCIOEDUCATIVOS**



FAZENDO JUSTIÇA



CNJ CONSELHO
NACIONAL
DE JUSTIÇA

Breve descrição

É de competência do Poder Judiciário realizar inspeções judiciais nas entidades governamentais e não-governamentais de atendimento socioeducativo (art. 95 do ECA e Resolução CNJ nº 77/2009). Assim, a ação de Inspeção Judicial e Enfrentamento da Tortura em Unidades e Programas Socioeducativos visa a ofertar ferramentas para qualificar a realização das visitas de monitoramento e inspeção judicial nas unidades socioeducativas (internação, internação provisória e semiliberdade) e nos programas de meio aberto (modelo amostral).

Para tanto, novas metodologias e formulários de inspeção foram propostos, na expectativa de que o novo Cadastro Nacional de Inspeção em Unidades e Programas Socioeducativos (Cniups) zele pela garantia da efetivação dos direitos de adolescentes e jovens em cumprimento de medida socioeducativa e pela proteção da sua integridade física, psíquica e moral.

Entrega principal

- ✓ Desenvolver e implementar o **novo Cadastro Nacional de Inspeções em Unidades e Programas Socioeducativos (Cniups)**, elaborando e disseminando os novos parâmetros nacionais para a realização das inspeções judiciais, com base nas principais normativas nacionais e internacionais de direitos humanos.



Ações previstas

- Disseminar a Resolução CNJ nº 77/2009, alterada pela Resolução CNJ nº 326/2020
- Formular novo cadastro (Cniups) a partir dos parâmetros da Resolução nº 77/2009, alterada pela Resolução CNJ nº 326/2020
- Implementar o Cniups nas unidades federativas
- Elaborar manual com metodologia de inspeção e de preenchimento do cadastro
- Realizar disseminação e comunicação
- Realizar processos formativos
- Elaborar painéis com dados e infográficos

ETAPAS



NACIONAL

- Produzir **novos parâmetros de inspeção judicial do meio fechado** (internação e semiliberdade)
- Produzir **novos parâmetros de inspeção judicial do meio aberto**
- Desenvolver, implementar e hospedar o **cadastro nacional de inspeções judiciais**
- **Elaborar manual** para orientação dos magistrados e das magistradas sobre a metodologia de inspeções judiciais e seu preenchimento eletrônico
- Realizar **processos formativos**
- Realizar **manutenção preventiva e corretiva do Sistema**
- Oferecer **assistência técnica** aos usuários do Sistema
- **Monitorar e acompanhar** os dados
- **Elaborar painéis de dados** e infográficos

ESTADUAL

- **Gerenciar a disponibilização de acessos** no Cniups
- **Realizar as inspeções judiciais no meio fechado** do Sistema Socioeducativo
- **Registrar as inspeções judiciais** no Cadastro Nacional (Cniups)
- Apoiar e realizar **processos formativos**
- **Monitorar dados** regionais

MUNICIPAL

- **Realizar as inspeções judiciais no meio aberto** do Sistema Socioeducativo
- Receber os magistrados e as magistradas e **repassar as informações do meio aberto**



Saiba mais sobre o Fazendo Justiça e acesse o mapa das ações



FAZENDO JUSTIÇA

Esfera Nacional

CNJ

Criar parâmetros de inspeções judiciais

Desenvolver e implementar o Cniups

Acompanhar e monitorar os dados

Elaborar painel de BI e infográficos

Esfera Estadual

Tribunal de Justiça + Poder Executivo Estadual

Realizar as inspeções judiciais no meio fechado

Receber os magistrados e repassar as informações

Registrar as informações no Cniups

Produzir e monitorar os dados

Esfera Municipal

Tribunal de Justiça + Poder Executivo Municipal

Realizar as inspeções judiciais no meio aberto

Receber os magistrados e repassar as informações

Registrar as informações no Cniups

Produzir e monitorar os dados

